



264

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**APELAÇÃO CRIMINAL N.º 0000194-60.1997.8.17.0970 (318.376-0)**

COMARCA DE ORIGEM: Moreno (Vara Criminal)

APELANTE(S): **Ministério Público Estadual**

APELADO: Antão Vicente da Silva

RELATOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva.

REVISOR: Des. Antônio de Melo e Lima

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dra. Eva Regina de A. Brasil

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL**

**EMENTA: PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO MINISTERIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI. ABSOLVIÇÃO. TESE DEFENSIVA DE NEGATIVA DE AUTORIA. IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL: CASSAÇÃO DO VEREDICTO POR SER MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

I - Conselho de Sentença que, acolhendo a tese de negativa de autoria, absolveu o acusado. É de ser dado por ineficaz o julgamento e determinada a sua renovação, quando o *decisum* dele decorrente for manifestamente contrário à prova dos autos (art. 593, inciso III, aliena "d", do CPP). Incompatível a tese defensiva da negativa da autoria com o conjunto probatório carreado aos autos. O Conselho de Sentença ao acolher a tese da defesa, dissociou-se da evidência dos autos, impondo-se a renovação do respectivo julgamento.

II - Recurso ministerial provido. À unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Crime nº 318.376-0, da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Moreno, em que figuram, como apelante, **Ministério Público Estadual**, e, como apelado, Antão Vicente da Silva, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco na sessão de 27/5/2014, à unanimidade de votos, em dar provimento à apelação ministerial, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 27 de

de 2014.

Des. **Antonio Carlos Alves da Silva**  
Relator



## PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**APELAÇÃO CRIMINAL N.º 0000194-60.1997.8.17.0970 (318.376-0)**

COMARCA DE ORIGEM: Moreno (Vara Criminal)

APELANTE(S): **Ministério Público Estadual**

APELADO: Antão Vicente da Silva

RELATOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva.

REVISOR: Des. Antônio de Melo e Lima

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dra. Eva Regina de A. Brasil

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL****RELATÓRIO**

Trata-se de apelação interposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco contra a sentença que absolveu **Antão Vicente da Silva**, denunciado como incurso nas penas do artigo 121, § 2º, inciso IV, do CP (homicídio qualificado por recurso que dificultou a defesa da vítima).

Narra a denúncia que, no dia 25 de julho de 1994, por volta das 07:00 horas, no Distrito de Bonança, nesta cidade, Antão Vicente da Silva, munido de uma espingarda calibre 12, assassinou a vítima Antônio Francisco Mendes.

A denúncia foi recebida em data de 12 de março de 1997 (fls. 68).

Após a instrução processual, o réu foi pronunciado como incurso nas sanções do art. 121, § 2º, inciso IV, do CP (fls. 136/138).

Submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri, o douto magistrado Presidente do Conselho de Sentença, amparado pelo veredicto do corpo de jurados, julgou improcedente a pretensão punitiva estatal e absolveu o apelado, o que motivou o presente recurso (fls. 225).

Inconformado, o Ministério Público apelou e requereu a cassação do veredicto e a submissão do acusado a novo julgamento ao fundamento de que a decisão foi manifestamente contrária à prova dos autos (fls. 232 e 237/239).

Contrarrazões às fls. 241/242, em que a defesa pugna pelo improvimento do recurso.

A Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Eva Regina de A. Brasil opinou pelo conhecimento e provimento do recurso ministerial, a fim de que seja o apelado submetido a novo julgamento (fls. 252/254).

Esse é, em síntese, o relatório. À douta Revisão.

Recife, 20 de novembro de 2013.

Des. **Antonio Carlos Alves da Silva**  
Relator



265

## PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

**APELAÇÃO CRIMINAL N.º 0000194-60.1997.8.17.0970 (318.376-0)**

COMARCA DE ORIGEM: Moreno (Vara Criminal)

APELANTE(S): **Ministério Público Estadual**

APELADO: Antão Vicente da Silva

RELATOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva.

REVISOR: Des. Antônio de Melo e Lima

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dra. Eva Regina de A. Brasil

**SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL****VOTO DO RELATOR**

Conheço do recurso ministerial, uma vez que próprio e tempestivamente  
aviado.

Não há questões preliminares aventadas pelas partes, e nem mesmo  
conhecíveis de ofício, razão porque, passo a análise do mérito recursal.

Cuida-se de apelação criminal interposta pelo órgão do Ministério Público  
contra sentença que absolveu o réu da imputação relativa à prática dos crimes descritos no  
artigo 121, § 2º, IV, do Código Penal.

Inicialmente, lembra-se que, em observância ao princípio constitucional da  
soberania dos veredictos (art. 5º, XXXVIII, da Constituição Federal), o recurso de apelação  
das decisões do Tribunal do Júri deverá conter, como condição de cognoscibilidade,  
motivação vinculada, versando sobre os motivos elencados no inciso III do art. 593 do  
Código de Processo Penal.

As razões recursais deverão, por conseguinte, limitar-se às teses previstas  
em lei, sob pena de caracterizar violação àquele princípio constitucional e abuso ao duplo  
grau de jurisdição.

Na espécie, o inconformismo atende ao mandamento legal, porquanto  
fundado na hipótese do art. 593, III, "d", do Código de Processo Penal, que permite a  
revisão quando **"for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos  
autos"**.

De natureza constitucional (art. 5º, XXXVIII, da Constituição Federal), o  
princípio da soberania dos veredictos traz a compreensão de que **"a decisão dos jurados,  
feita pela votação dos quesitos pertinentes, é suprema, não podendo ser modificada  
pelos magistrados togados. Portanto, havendo decisão dada pelo colegiado popular a  
magistratura togada tem que obedecê-la, não podendo substituir os jurados na  
decisão da causa"** (MOSSIN, Heráclito Antônio. *Júri: crimes e processo*. 3. ed. Rio de  
Janeiro: Forense, 2009. p. 190).

É preciso ressaltar, entretanto, que tal supremacia não é absoluta. Conquanto  
busque inviabilizar a substituição da decisão de mérito do Conselho de Sentença, a  
soberania dos veredictos não impõe a manutenção de pronunciamentos flagrantemente



266

## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

#### Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

equivocados, cuja pertinência escape, de maneira manifesta, dos elementos probatórios coligidos ao longo da persecução ou que venham a surgir depois de atingido o trânsito em julgado. O princípio deve se harmonizar com o direito à liberdade e com o duplo grau de jurisdição, que permite ao interessado a submissão da decisão popular ao órgão *ad quem*, impedindo que a coisa julgada abrigue decisões teratológicas ou arbitrárias.

José Frederico Marques pondera: "[...] *consistirá, porém, essa soberania, na impossibilidade de um controle sobre o julgamento, que, sem subtrair ao Júri o poder exclusivo de julgar a causa, examina se não houve erro grosseiro, error in iudicando? De forma alguma, sob pena de confundir-se essa soberania com a onipotência insensata e sem freios*" (A Instituição do Júri. Campinas: Bookseller, 1997. p. 75).

Esse é o entendimento iterativo do Supremo Tribunal Federal: "*A soberania dos veredictos do tribunal do júri não é absoluta, submetendo-se ao controle do juízo ad quem, tal como disciplina o art. 593, III, d, do Código de Processo Penal*" (Habeas Corpus n. 88.707/SP, rela. Mina. Ellen Gracie, j. em 9/9/2008). E: "*A determinação para que o Tribunal do Júri realize novo julgamento, na hipótese prevista no art. 593, III, d, do Código de Processo Penal, não constitui violação à soberania dos veredictos*" (Habeas Corpus n. 97.905/MT, rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. em 1º/6/2010).

Nesse sentido, "*não se trata de atribuição do Tribunal togado reavaliar a prova e interpretá-la à luz de doutrina ou de jurisprudência majoritária*", mas "*confrontar o veredicto dos jurados com as provas colhidas e existentes nos autos, concluindo pela harmonia ou desarmonia entre ambas*" (NUCCI, Guilherme de Souza. Tribunal do Júri. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 395).

Pois bem. Preenchidos os pressupostos legais, passa-se à análise do inconformismo.

O Conselho de Sentença, por maioria de votos, respondeu negativamente ao 2º quesito: "*O acusado, ANTÃO VICENTE DA SILVA, efetuou os disparos que atingiram a vítima Antônio Francisco Mendes, causando as lesões descritas na perícia de fls. 17?*" (fls. 223/224).

O órgão Ministerial sustenta que a decisão dos Jurados é manifestamente contrária à prova dos autos. Necessário, por conseguinte, a aferir a congruência da opção do Conselho de Sentença com as provas dos autos, lembrando que essa hipótese de apelação deve ser interpretada "*como regra excepcionalíssima, cabível somente quando não houver, ao senso comum, material probatório suficiente para sustentar a decisão dos jurados*" (OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 13. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 865).

A materialidade do delito está devidamente comprovada pela Perícia Tanatoscópica (fls. 20), ilustrações fotográficas (fls. 21) e Laudo Pericial em Local de Ocorrência (fls. 23/30).

A autoria, confessada extrajudicialmente, com riqueza de detalhes, foi negada pelo apelado nas duas oportunidades em que foi interrogado perante o juízo, tendo



267

## PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

o conselho de sentença acolhido a sua versão, sem que nos autos tenha alguma prova a corroborá-la.

Ao ser ouvido perante a autoridade policial, o réu Antão Vicente, confessou o crime que lhe é imputado, afirmando que:

"(...) conhecia a vítima destes autos há quatro anos, sendo colega da mesma de farras e bebedeiras...; QUE devido as freqüentes visitas do indiciado àquela casa, a vítima passou a desconfiar do indiciado, ocorrendo então desentendimentos entre a vítima, a qual chamava-se ANTONIO FRANCISCO MENDES e sua mulher de nome IVONETE; QUE devido aos desentendimentos ocorridos, IVONETE saiu de casa, abandonando ANTONIO FRANCISCO; QUE depois desse fato, a vítima destes autos passou a se desentender com o indiciado sempre que o encontrava, responsabilizando o mesmo pelo que aconteceu entre o casal...; ... que na noite do dia vinte e quatro do mês de julho do corrente ano, o indiciado e a vítima destes autos bebiam na barraca do popular conhecido por DUDA...; QUE iniciou-se uma discussão entre os dois, estando ANTÔNIO FRANCISCO armado com uma faca, enquanto o depoente usava um revólver; QUE Duda conseguiu separar os dois, tendo desarmado ambos...; QUE, afirma o indiciado que, retornou à barraca de DUDA, onde apanhou o revólver que estava em seu poder; QUE, o indiciado seguiu para casa, tendo de lá saído pela manhã; QUE se dirigiu para a casa da vítima, tendo ficado escondido dentro de umas bananeiras ali existentes; QUE por volta das sete horas da manhã a vítima saiu de casa, se dirigindo ela para o quintal; QUE armado com uma espingarda calibre 12, pertencente à granja onde trabalhava, o indiciado desferiu um disparo contra a vítima, atingindo-a no peito; QUE após efetuar o disparo o mesmo correu, enquanto ouvia gritos de socorro por parte da vítima; QUE afirma o indiciado que, durante a fuga atirou a espingarda dentro de um açude existente fora do local onde atirou na vítima (...)" (fls. 16/18).

Muito embora não tenha havido testemunhas presenciais, vale destacar algumas declarações.

O Sr. José Albertino Felipe, mais conhecido por Duda, ouvido tão somente na fase extrajudicial, não presenciou os fatos em si, mas momentos anteriores ao ocorrido, demonstrando a existência de fortes indícios e provas circunstanciais de que o apelado teria motivos e oportunidade para assassinar a vítima dos autos, senão veja-se:

"(...) QUE, na noite do dia vinte e quatro do mês de julho do corrente ano, o declarante encontrava-se em seu estabelecimento comercial, quando ali chegou o popular conhecido pelo apelido de TÃO, o qual trabalha em uma granja situada nas proximidades do Hotel Fazenda, neste Município; QUE o mesmo passou a beber cachaça no estabelecimento do declarante, estando ele sozinho; QUE, depois de algum tempo, chegou aquele local o rurícola de nome ANTONIO FRANCISCO MENDES, conhecido pelo apelido de WAKIKI; QUE ambos passaram a beber cachaça...; QUE depois de algum tempo, os dois populares passaram a discutir, pois tempos atrás ANTONIO

4



268

## PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

## Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

FRANCISCO MENDES agrediu um irmão de "tão" a golpes de foice; QUE além deste fato, existia uma intriga entre ambos por conta de ciúmes que ANTONIO FRANCISCO MENDES tinha de TÃO, declarando ele que havia sido abandonado pela mulher, por conta de relacionamento amoroso ocorrido entre TÃO e a esposa de ANTONIO FRANCISCO MENDES; QUE a discussão aumentou, tendo ANTONIO FRANCISCO sacado de um canivete e partiu para agredir TÃO; QUE o declarante juntamente com outro popular, tratou de desarmar ANTONIO FRANCISCO MENDES, tendo ainda apreendido um revólver calibre 32, que estava em poder de TÃO...; QUE horas depois que tal fato ocorreu, TÃO retornou ao estabelecimento do declarante, tendo solicitado a arma de volta...; QUE temendo qualquer aborrecimento entre ele e TÃO, o declarante devolveu o revólver...; QUE, passaram-se as horas, até que na manhã de hoje, o declarante encontrava-se em sua residência, quando foi visitado por policiais desta Delegacia...; QUE o declarante foi informado que na manhã de hoje, ANTONIO FCº MENDES foi assassinado a tiros de arma de fogo, no momento em que saiu de casa...; QUE, descobriu-se ainda que, o autor dos disparos que eliminaram a vítima deste s autos, foi o individuo de apelido TÃO (...)" (fls.08/09).

A testemunha Mércia Maria da Silva, esposa do ora apelado, quando ouvida no curso das investigações declarou que, realmente vítima e réu, eram amigos, **"pois vez em quando bebiam juntos"**, afirmando ter conhecimento que realmente em data pretérita aos fatos ambos se desentenderam. Acerca dos fatos, narrou que **"na noite do dia vinte e quatro do corrente mês e ano TÃO chegou em casa por volta das vinte e uma horas, estando ele embriagado, sujo de lama e apresentando alguns arranhões pelo corpo...; QUE por volta das quatro horas, madrugada do dia vinte e cinco, TÃO levantou-se, declarando ele que iria para o trabalho, porém retornaria para almoçar...; QUE horas depois da saída de TÃO, policiais desta Delegacia foram à residência da declarante, onde informaram para ela que, seu esposo havia assassinado uma pessoa, sendo a vítima o popular conhecido por WAKIKI...; QUE o indiciado usava um revólver e uma espingarda, porém tais armas eram de propriedade da granja onde ele trabalhava"** (fls. 11/12).

Por seu turno, a testemunha Severina Maria Pereira da Silva, esposa da vítima, declarou na Delegacia de Polícia de Moreno que tinha conhecimento de que seu companheiro havia se desentendido com o réu, em data pretérita, esclarecendo que, **"na noite do dia vinte e quatro do mês de julho do corrente ano, ANTONIO FRANCISCO MENDES tornou a discutir com o indiciado dos autos, ocorrendo entre eles uma luta, fato este que se desenrolou na barraca do comerciante conhecido por DUDA...; QUE, na manhã do dia vinte e cinco do corrente mês e ano, a declarante saiu de casa e se dirigiu para a residência da genitora da vítima...; QUE por volta das sete horas e vinte minutos, a mesma escutou um disparo de arma de fogo, tendo o som partido das proximidades da casa da vítima...; QUE ouviu comentários por parte de familiares de ANTONIO FRANCISCO MENDES que o autor do disparo havia sido o elemento conhecido pelo apelido de TÃO"** (fls.13).

Em juízo, sob o crivo do contraditório, a esposa da vítima, Sra. Severina Márcia, afirma não ter presenciado o crime, só dele tomando conhecimento **"quando um**

PTC (APCR Nº 318.376-0)



269

## PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

***filho da vítima, enteado da declarante noticiou que seu pai foi baleado ali agora, então ela acordou foi até o local, encontrou só a vítima, não viu mais ninguém***", esclarecendo, que ***"até hoje não sabe quem atirou no seu esposo"***, confirmando, todavia, ter havido uma discussão entre a vítima e o acusado na noite anterior ao crime (fls. 124).

O irmão da vítima, Sr. José Francisco Mendes, muito embora não tenha presenciado o crime, declarou em juízo que:

" (...) Que quando chegou ao local a vítima já estava morrendo...; Que acusado e vítima eram amigos e bebiam juntos, no dia anterior ao fato eles saíram para beber e discutiram por causa de cachaça e de família, entraram em briga e o povo do bar separou..., mas na madrugada da segunda o acusado pegou uma espingarda e ficou numa touceira de banana e quando a vítima saiu para fazer uma precisão no mato foi alvejado pelo acusado; Que quem viu o acusado correr com a espingarda na mão foi o filho da vítima que à época tinha doze anos de idade (...)" (fls. 125).

De outra banda, o apelado Antão Vicente da Silva, ao ser interrogado perante a autoridade judicial, retificou suas declarações anteriormente prestadas, negando os fatos narrados na exordial acusatória, apresentando uma nova versão, inclusive afirmando não conhecer a vítima que e que no dia que antecedeu aos fatos não esteve no estabelecimento comercial pertencente ao Sr. Duda (fls. 125/126).

Em Plenário, o réu sustenta a versão de negativa de autoria, esclarecendo que não confirma o teor de suas declarações prestadas perante a autoridade policial (fls. 16/18), afirmando, ainda que, não sabe ler e nem assinar, usando para ser identificado, a impressão digital. No entanto, refluí quanto a informação de que não conhecia a vítima, negando haver algum desentendimento entre eles. Nega, contrariando informes da própria esposa, que na época dos fatos andava com um revólver e uma espingarda, ambos pertencentes à granja em que trabalhava (fls. 221/222).

De todo o contexto probatório amalhado, verifica-se que os fundamentos do apelo são suficientes para ensejar a cassação da decisão do conselho de sentença, visto que a versão adotada se mostra conflitante com as declarações das testemunhas amalhadas aos autos, e mais, absolutamente isolada.

É certo que o conjunto probatório dá azo a duas versões apresentadas aos jurados no dia da sessão de julgamento, a saber: a primeira, da acusação, entende suficientemente provadas a materialidade e a autoria da conduta proscria; a segunda, trazida pela defesa, e calcada na palavra do acusado, nega a autoria de Antão no homicídio perpetrado contra a vítima Antônio Francisco Mendes.

Ocorre que a versão que dá amparo à tese defensiva está isolada nos autos, indo de encontro à prova oral produzida durante a instrução.

A despeito de todo o conjunto probatório coligido, não cabe, conforme já destacado anteriormente, elaborar juízo de valor a respeito das provas produzidas, sob pena de influenciar o novo julgamento em desfavor dos réus.



240

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

**Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva**

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Todavia, tendo o Conselho de Sentença baseado sua decisão, única e exclusivamente, em relatos do apelado sendo que modificou sua versão em Juízo, sem qualquer suporte nos demais elementos probantes do processo, decidiu contrariamente à evidência dos autos, desconsiderando a firmeza e a clareza da prova oral produzida pela acusação.

Sendo a versão trazida pelo réu discordante e isolada dos elementos probatórios, não se pode considerá-la suficiente para a manutenção do julgamento, em atenção ao art. 593, III, "d", do Código de Processo Penal.

Sobre o tema, colhe-se do Supremo Tribunal Federal:

**PROCESSUAL PENAL. PENAL. HABEAS CORPUS. JÚRI. APELAÇÃO. ANULAÇÃO. CPP, art. 593, III. I. - Existindo duas teses contrárias e havendo plausibilidade na escolha de uma delas pelo Júri, não pode o Tribunal de Justiça substituir-se ao tribunal popular para dizer que esta ou aquela é a melhor solução. Todavia, é de ser anulado o veredicto se a versão acolhida pelo Júri tem apoio tão-só na palavra dos réus, dissociada da evidência probatória. II. - H.C. Indeferido. (STF, HC n. 82.727/PE, rel. Min. Carlos Velloso, j. em 1º/4/2003).**

E:

**Recurso extraordinário. Processo penal. Tribunal do Júri. 2. Decisão absolutória do Tribunal do Júri cassada; acusado remetido a novo julgamento. 3. Decisão do conselho de sentença que colidiu com as provas técnica e testemunhal legitimamente produzidas, de maneira a consistir a tese da legítima defesa em versão absolutamente inaceitável. 4. Inexistência, no acórdão, de dupla versão exposta. A posição do réu é isolada e não pode efetivamente se pôr em confronto valorativo com a versão acolhida pelo aresto, com apoio na prova testemunhal e técnica. Hipótese em que a incidência do art. 593, III, d, do CPP, não contraria o preceito maior do art. 5º, XXXVIII, c, da Constituição, quanto à soberania do Júri, nos termos em que essa há de entender-se dentro do nosso sistema jurídico. 5. Incabível, ademais, reexame da prova dos autos. Súmula 279. 6. Recurso extraordinário não conhecido. (RE n. 166.896/RS, rel. Min. Néri da Silveira, j. em 26/3/2002).**

Logo, deve o réu ser submetido a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, nos termos do art. 593, III, "d", e § 3º, do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, o voto é no sentido de dar provimento ao recurso ministerial.

Recife, 24 de 05 de 2014.

**Des. Antonio Carlos Alves da Silva**  
Relator





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000194-60.1997.8.17.0970 (0318376-0)**

**APELANTE:** O Ministério Público do estado de Pernambuco

**APELADO:** ANTÃO VICENTE DA SILVA

**RELATOR:** Des. Antônio Carlos Alves da Silva

**REVISOR:** Des. Antonio de Melo e Lima

**PROCURADORA de JUSTIÇA:** Dra. Eva Regina de A. Brasil

**ÓRGÃO JULGADOR:** SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

**VOTO DO REVISOR**

Senhores Desembargadores,

Os Jurados que compuseram o Conselho de Sentença da Vara do Júri da Comarca de Moreno/PE, em sessão realizada no dia 12 de dezembro de 2011, absolveram o acusado **ANTÃO VICENTE DA SILVA**, devidamente qualificado, que havia sido pronunciado como incurso nas penas do art. 121, § 2º, IV, do CPB, acolhendo a tese de negativa de autoria.

Dentro do quinquídio legal, o Exmo. Promotor de Justiça recorreu da decisão proferida por entendê-la manifestamente contrária à prova dos autos(fl. 232). Nas razões recursais de fls. 237/239, assegura o órgão ministerial que a versão do réu, acolhida pelos integrantes do Conselho de Sentença, não encontra apoio no acervo probatório, razão pela qual entende deva ser o julgamento anulado, submetendo o acusado a novo júri.

Contrarrazões às fls. 241/242, pela manutenção da decisão atacada.

A Procuradoria de Justiça, por sua vez, em parecer da lavra da Exma. Procuradora, Dra. Eva Regina de A. Brasil, manifestou-se pelo provimento do apelo(fl. 252/254).

Cuido que, de fato, o recurso deve ser provido.

Descreve a denúncia que, no dia 25 de julho de 1994, por volta das 7h, em Bonança, termo judiciário da comarca de Moreno/PE, o acusado **ANTÃO VICENTE DA SILVA**, qualificado nos autos, munido de uma espingarda calibre 12 e sem oferecer qualquer oportunidade de defesa,



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

produziu na vítima *Antônio Francisco Mendes* os ferimentos descritos no laudo de perícia tanatoscópica de fl. 17, que foram causa eficiente de sua morte.

Como já mencionado, o réu fora absolvido da acusação relatada. Em assim sendo, o órgão ministerial pugna pela anulação do veredicto, aduzindo que a decisão proferida vai de encontro ao acervo probatório.

Tem-se que, decisão manifestamente contrária à prova dos autos é aquela em que os jurados, equivocadamente, adotam uma tese que está absolutamente divorciada do contexto fático-probatório apurado na instrução criminal, o que, indubitavelmente, ocorreu neste caso.

Em que pese tenha o réu em sede policial confessado a autoria do crime, em juízo, nas duas oportunidades em que foi ouvido, negou ter sido o autor do delito. No entanto, durante a instrução (fls. 125/126), disse sequer conhecer a vítima dos autos e, já em Plenário (fl. 221/222), confirmou que a conhecia, caindo em evidente contradição.

A tese abraçada pela defesa e acolhida pelo Corpo de Jurados consistiu na negativa de autoria, que não encontra vertente de prova nos autos. Vejamos.

MÉRCIA MARIA DA SILVA, em Juízo, assegurou que (fl. 91):

*“...segundo o réu contou para a declarante que matou a vítima porque tinha apanhado, os dois estavam bebendo na casa da vítima...”*.

A esposa do ofendido, Sra. SEVERINA MÁRCIA PEREIRA DA SILVA, às fls. 124/125, relatou que não presenciou o homicídio, não sabendo dizer quem atirou em seu companheiro, no entanto, confirmou a discussão havida entre o acusado e a vítima na noite anterior ao crime, bem como ter escondido a foice que o ofendido portava quando voltou do bar, atestando existir inimizade entre vítima e acusado por causa da ex-mulher daquela.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

JOSÉ FRANCISCO MENDES, irmão da vítima, à fl. 125, assegurou que:

*“... é irmão do homem que TÃO matou e, perguntado quem é TÃO ele olha para o acusado afirmando que TÃO é ele. ...que acusado e vítima eram amigos e bebiam juntos, no dia anterior ao fato eles saíram para beber e discutiram por causa de cachaça e de família, entraram em briga e o povo do bar separou, a vítima foi pra casa e o acusado também, era dia de domingo, mas na madrugada da segunda o acusado pegou uma espingarda e ficou numa touceira de banana e quando a vítima saiu para fazer uma precisão no mato e foi alvejado pelo acusado. Que quem viu o acusado correr com a espingarda na mão foi o filho da vítima que a época tinha doze anos de idade...”*

Em que pese tenha negado em juízo envolvimento no crime em questão, a negativa do réu não encontra o mínimo respaldo no acervo probatório, mostrando-se a prova produzida pelo Ministério Público apta a corroborar os termos da inicial.

De outro lado, a única testemunha arrolada pela Defesa não trouxe esclarecimentos acerca do fato criminoso, limitando-se a tecer comentários acerca da vida pregressa do réu, atestando a sua boa conduta.

Ora, é sabido que ao júri é facultado acolher tanto a tese da acusação como a da defesa, não se podendo anular a decisão por se entender que a tese escolhida não é a que mais se mostra adequada diante da prova dos autos.

No entanto, outra é a situação quando a tese eleita pelo Conselho de Sentença não encontra apoio algum no que se apurou.

É o que se dá no caso.

Como visto, a prova que se fez nos autos foi toda no sentido de que ANTÃO VICENTE DA SILVA efetuou o disparo contra a vítima, não havendo a mínima prova que dê suporte à tese sustentada pelo Apelado e acolhida pelos Jurados.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

---

Ante o exposto, em conformidade com o posicionamento da Procuradoria de Justiça, **dou provimento** ao recurso ministerial e anulo o julgamento do réu **ANTÃO VICENTE DA SILVA**, com fulcro no art. 593, III, "d", do Código de Processo Penal, para que este seja submetido a novo julgamento.

**É como voto.**

Recife, 17 de maio de 2014.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Revisor